

Rascunhos CULTURAIS



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

CURSO DE LETRAS - CAMPUS DE COXIM

REITOR

Marcelo Augusto Santos Turine

VICE-REITORA

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

DIRETORA DO CAMPUS DE COXIM

Eliene Dias de Oliveira

COORDENADOR DO CURSO DE LETRAS

Elisângela Rozendo de São José

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Geovana Quinalha de Oliveira

Marta Francisco de Oliveira

IMAGEM DE CAPA

Arquivo da família Lispector

REVISÃO

*A revisão linguística e ortográfica é de
responsabilidade dos autores*

CÂMARA EDITORIAL

Eliene Dias de Oliveira Santana

Flávio Adriano Nantes Nunes

Geovana Quinalha de Oliveira

Marta Francisco Oliveira

Marcos Amorim

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Paula Squinelo (UFMS)

Agnaldo Rodrigues da Silva (UNEMAT)

Alberto Pinto (ULHT)

Amarino Oliveira de Queiroz (UFRN)

Clelia Maria Lima de Mello e Campigotto (UFSC)

Edgar César Nolasco dos Santos (UFMS)

Fulvia Zega (AREIA-Itália)

Glaucia Muniz Proença (UFMG)

Heloisa Helena Pacheco Cardoso (UFU)

José Batista de Sales (UFMS)

Luis Abel dos Santos Cezerilo (UEM)

Maria Adélia Menegazzo (UFMS)

Marcio Markendorf (UFSC)

Marcos Menezes (UFG)

Sheila Dias Maciel (UFMT)

Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra (UFMS)

Rosângela Patriota (UFU)

Vera Lúcia Puga (UFU)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Revista rascunhos culturais / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. – v.
1, n. 1 (2010)- . Coxim, MS : A Universidade, 2010- .
v. ; 22 cm.

Semestral
ISSN 2177- 3424

1. Cultura - Periódicos. 2. Línguas e linguagem – Periódicos. I.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD (22) 050

Sumário

- 7 Apresentação
Dossiê: Clarice Lispector
- 13 Clarice Lispector: Jornalista-Escritora ou Escritora-Jornalista?
Nádia Battella Gotlib
- 39 Crise, Escrita e Representação na Literatura Contemporânea: Uma Leitura da “Explicação” de Clarice Lispector para a Via Crucis do Corpo
Arnaldo Franco Junior
- 67 Um Ensaio de Crítica Biográfica Fronteiriça em Três Histórias
Edgar César Nolasco
- 81 Marcas de Exílio em o Lustre, de Clarice Lispector: Da Espacialidade do Corpo à Construção do Espaço na Narrativa
Marta Francisco de Oliveira
- 101 E Por Falar Em Pintora, O Que Dizer De Clarice Lispector?
Marcos Antônio Bessa-Oliveira

269 Tipos Humanos em Contos de Machado de Assis e Guimarães Rosa
Raquel Cristina Ribeiro Pedroso

289 Tradução - "América Latina": Ao Serviço da Colonização ou da Descolonização?, de José Ramón Fabelo Corzo
Altamir Botoso,
Andre Rezende Benatti
Márcio Antonio De Souza Maciel

Tradução - “América Latina”: Ao Serviço da Colonização ou da Descolonização?, de José Ramón Fabelo Corzo¹

Altamir Botoso
Andre Rezende Benatti
Márcio Antonio de Souza Maciel

No já distante verão do ano de 1971 Roberto Fernández Retamar começou a redação do seu *Calibán* - convertido com o tempo em um clássico da ensaística latino-americana - reproduzindo a pergunta que poucos dias antes tinha recebido de um jornalista europeu de esquerda: “Existe uma cultura latino-americana?”, interrogação que ao poeta e ensaísta caribenho lhe instigava, similar a esta outra: “Vocês existem?”

Pois pôr em dúvida nossa cultura é pôr em dúvida nossa própria existência, nossa realidade humana mesma, e, portanto, estar dispostos a tomar partido em favor de nossa irremediável condição colonial, já que se suspeita que não seríamos senão eco desconfigurado do que acontece em outra parte. Essa outra parte são, claro, as metrópoles, os centros colonizadores, cujas “direitas” nos esgotaram, e cujas supostas “esquerdas” pretenderam e pretendem orientar-nos com piedosa solicitude. Ambas coisas, com

¹ Traduzido por Altamir Botoso, Andre Rezende Benatti e Márcio Antonio de Souza Maciel. Publicado anteriormente na Revista Casa de las Américas 276 – ISSN 008-7157 – “Sobre la ‘América Latina’” – julio-septiembre/2014. O texto foi traduzido com autorização do autor

o auxílio de intermediários locais de variada roupagem.²

Para Fernández Retamar era óbvio que existir como humanos plenos, e não como “eco desfigurado” de outros, é ter cultura própria, é possuir uma identidade. E na reafirmação dessa identidade, neste caso da latino-americana, está toda possibilidade de superar a “irremediável condição colonial” que supostamente nos caracteriza. O reconhecimento e a reafirmação da identidade latino-americana é, então, na visão do autor de *Caliban*, uma condição de possibilidades para uma emancipação descolonizadora. E é que, em seu critério, “nossa cultura é – e só pode ser – filha da revolução, de nosso multissecular rechaço a todos os colonialismos; nossa cultura, como todas as culturas, requer como primeira condição nossa própria existência”³. E, depois de citar aquele pensamento de José Martí, segundo o qual só pode haver literatura (e cultura) se existe um povo magno que nela se reflete⁴, conclui Fernández Retamar: “A cultura latino-americana, pois, foi possível, em primeiro lugar, por quantos fizeram, por quantos estão fazendo que exista esse “povo magno” da “nossa América.”⁵

Trinta e seis anos depois de *Calibán*, em 2007, se traduz ao espanhol um livro escrito em inglês dois anos antes pelo semiólogo Walter Mignolo. Ainda sem fazer referência explícita ao ensaio do poeta cubano, neste livro, intitulado *La idea de América Latina*, o também teórico da *colonialidade/*

² Trad. Nossa: Roberto Fernández Retamar: «Calibán», *Calibán y otros ensayos*, La Habana, Arte y Literatura, 1979, p. 10.

³ *Ibid.*, p.78.

⁴ José Martí: «Cuadernos de apuntes», *Obras Completas*, La Habana, Ciencias Sociales, 1991, t. 21, p. 164.

⁵ Roberto Fernández Retamar: *ob. cit.*, p. 79.

*descolonialidade*⁶, defende uma tese de essência oposta à de Fernández Retamar. O propósito explícito de seu livro é “escavar os cimentos imperiais/coloniais da “ideia” de América Latina”⁷. Para Mignolo, uma identidade latina abarcadora de todo o subcontinente invisibiliza as diferenças em seu interior de índios e afrodescendentes e responde aos interesses das que ele chama “elites crioulas de descendência europeia”, encarregadas de reproduzir as relações de colonialidade em aparência superadas desde os processos de independência do século XIX.

A ideia de “latinidade” contribuiu para disfarçar a diferença colonial interna com uma ideia histórica e cultural que parecia incluir a todos, mas que, na realidade, produzia um efeito de totalidade silenciando aos excluídos. Portanto, a “latinidade” criou um novo tipo de invisibilidade para os índios e os descendentes de africanos que viviam na “América Latina”.⁸

De maneira enfática, o pensador argentino-estadunidense tenta mostrar a intencionalidade imperial colonizadora ou recolonizadora que desde suas origens teve a ideia da América Latina e o uso político que, no mesmo sentido, se fez depois dela em favor de interesses da elite. “ ‘América’, e logo ‘América Latina’ e ‘América Anglo-saxônica’ – nos diz -, são conceitos criados por europeus e crioulos

⁶ A chamada *teoría da colonialidade* ou da *colonialidad/descolonialidade* foi desenvolvida por Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Santiago Castro-Gómez, Nelson Maldonado Torres, Fernando Coronil, Edgardo Lander e outros. Ver, por exemplo, os livros coletivos: Edgardo Lander (comp.): *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires, FLACSO, 2000, e Santiago Castro Gómez, Ramón Grosfoguel (eds.): *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Bogotá, Pontificia Universidad Javeriana/Siglo del Hombre Editores, 2007.

⁷ Walter Mignolo: *La idea de América Latina*, Barcelona, Gedisa, 2007, p. 16.

⁸ *Ibíd.*, p. 112.

de ascendência europeia. Os índios e os crioulos descendentes de africanos não foram convidados ao diálogo. ”⁹. Em outro lugar agrega que “o surgimento da ‘latinidade’ ou da ‘América Latina’ [...] deve entender-se em relação com a história de um imperialismo em ascensão na Europa [...]”¹⁰ E conclui Mignolo:

Em meados do século XIX, a ideia de América como um todo começou a dividir-se não de acordo com os Estados-nação que iam surgindo senão segundo as distintas histórias imperiais do hemisfério ocidental, de modo que ficou configurado com América Anglo-saxônica ao norte e América Latina ao sul. Nesse momento, “América Latina” foi o nome escolhido para denominar a restauração da “civilização” da Europa meridional, católica e latina na América do Sul e, ao mesmo tempo, reproduzir as ausências (dos índios e dos africanos) do primeiro período colonial.¹¹

Talvez por provir da semiótica, Mignolo outorga um peso quase absoluto à carga semântica que originariamente têm os conceitos. Daí que, para o caso que nos ocupa, o uso originário que ele supõe tenha o conceito “América Latina” lhe imprime uma espécie de selo fatalista definitivo e inabalável a todo o conteúdo histórico que siga designando-se pelo mesmo conceito.

Assim, devido à origem imperial-colonial que em sua opinião teve o conceito e que a “América “Latina” é o projeto político das elites crioulas - de ascendência europeia - que conseguiram a independência da Espanha [...]”¹², na atualidade a identidade assinada por esse conceito não serve

9 Mignolo: ob. cit., p. 29.

¹⁰ *Ibíd.*, p. 81.

¹¹ *Ídem.*

¹² *Ibíd.*, p. 202.

às transformações descolonizadoras que a região necessita.

No começo do século XII é evidente que a imagem da América "Latina" só se mantém por costume ou por interesses da política e da economia global. As transformações radicais[...] experimentadas nos últimos quarenta anos põem na tela de juízo uma identidade subcontinental forjada para responder a necessidades que não são as de hoje em dia.¹³

Se, como supõe Mignolo, "as elites crioulas se autocolonizaram ao adotar para si a noção francesa de que eram "latinos" [...]"¹⁴, a identidade que então serviu à (neo) colonização não pode hoje funcionar a favor da emancipação.

De tal maneira, temos planteado o problema sobre o que queremos refletir neste trabalho: para que servem a identidade da América Latina e o conceito que a define: para colonizar ou para emancipar? É um instrumento de colonização ou uma condição necessária para a descolonização?

De antemão mostraremos que, em nossa opinião, estas perguntas não podem ter uma resposta unívoca e que a história nos mostra que ambas alternativas tiveram verificações práticas. Tanto que a postura que defende a ideia sobre o uso colonizador da identidade latino-americana, como aquela que vê nessa identidade um recurso necessário para a descolonização, alberga uma importante dose de verdade.

No que toca a Roberto Fernández Retamar, este não é alheio à possibilidade de que a cultura (e sua correspondente expressão identitária) possa servir também a interesses colonizadores e opressores. Imediatamente depois de assinalar o vínculo entre a revolução, a cultura e a existência de um "povo magno" capaz

¹³ 12 *Ibíd.*, p. 203.

¹⁴ 13 *Ibíd.*, p. 21.

de fazer em uma expressar-se na outra, o poeta e o ensaísta cubano reconhece:

Mas esta não é, claro, a única cultura forjada aqui. Há também a cultura da anti-América: a dos opressores, a de quem tratou (ou trata) de impôr nestas terras esquemas metropolitanos, ou simplesmente, mansamente, reproduzem de modo provinciano o que em outros países têm sua razão de ser. [...] // Ainda é muito visível essa cultura da anti-América. Ainda nas estruturas, nas obras nas efemérides se proclama e perpetua essa outra cultura. [...] Nós podemos e devemos contribuir a colocar em seu verdadeiro lugar a história do opressor e a do oprimido. Mas, claro, o triunfo desta última será sobretudo obra daqueles para quem a história, antes que obra das letras, é obra de feitos.¹⁵

“Obras de letras” e “obras de feitos”, excelente maneira de expressar a diferença substancial entre duas formas de conceber os processos de emancipação e descolonização, não por ser entre si excludentes, senão porque pressupõem ambos acentos e prioridades diferenciados.

Se, ainda reconhecendo como “cultura da anti-América” o uso constatável da identidade cultural latino-americana em favor da “história do opressor”, Fernández Retamar aposta pelo triunfo da “história do oprimido”, mais como uma “obra de feitos” que como uma “obra de letras”, este não parece ser o caso de Mignolo.

Tanto legítima a preocupação que o autor de *A ideia da América Latina* mostra ter pela colonialidade que ainda embarga os latino-americanos, como sua igualmente genuína aspiração a conseguir uma cabal descolonização, tendem, no entanto,

¹⁵ Roberto Fernández Retamar: ob. cit., pp. 79-80.

a dirimir-se ante tudo no plano do que Fernández Retamar qualifica como "obra de Letras". Daí, a excessiva ênfase que Mignolo faz nas "letras" que nos auto identificam como latino-americanos e no caráter preponderantemente "letrado" da solução à nossa condição colonial.¹⁶

A diferença de Fernández Retamar, para o semiólogo são as "letras", os nomes e sua semântica os que fundamentam e lhe dão sentido aos "feitos" econômicos, políticos e morais. Eloquentes em tal sentido são suas palavras:

América [...] não foi uma "realidade objetiva". Foi, ao contrário, uma construção semântica cujas consequências políticas, econômicas, epistêmicas e éticas surgiram da obliteração das conceitualizações indígenas de Anáhuac, Tawantinsuyu e Abya-Yala, entre outras noções espaciais.

Agora se entende melhor por que Mignolo atribui tamanha importância ao conceito "América Latina" com o que fomos batizados – segundo ele, pelos franceses- e o uso necessariamente imperial, recolonizador ou auto colonizador da identidade que sob essa nomeação assumimos.

Em síntese – e a risco de simplificá-la – poderíamos dizer que sua lógica argumentativa é uma espécie de silogismo com duas premissas básicas e uma conclusão.

A primeira premissa da que parte é que "América Latina" é uma ideia, um conceito, uma construção semântica, que desde sua origem significou um propósito imperial e recolonizador, por parte dos franceses, e auto colonizador, por parte das elites

¹⁶ Em distintos momentos de seu livro, Mignolo faz ênfase na decisiva importância decolonial que para ele tem a reconceitualização do território que habitamos os latino-americanos. Entre os conceitos alternativos que maneja se encontram o "Abya-Yala", "América do Sul", "A grande comarca", "A frontera", "Tawantinsuyo" e "Anáhuac".

crioulas descendentes de europeus.

Ainda que não diga de maneira explícita, o argumento de Mignolo requer como uma segunda premissa tácita, assumir que essa semântica original de conceito se manteve, no fundamental, inalterável apesar de mais de um século e meio transcorrido desde sua criação. Mais adiante mostrar-se-á por que essa premissa é uma exigência da lógica de seu discurso e como há neste não poucas mostras de sua assunção.

A conclusão que emana de ambas premissas só pode ser uma: o conceito “América Latina” não pode auspiciar hoje uma identidade regional que, sob essa denominação, propicie um processo de emancipação e descolonização; pelo que o conceito mesmo deve ser abandonado e substituído por outro, como via de solução aos problemas históricos do colonialismo e colonialidade, que acometem a região.

No que segue tentaremos demonstrar essa lógica argumentativa, primeiro, mostrando a questionável veracidade de suas premissas e, depois e em consequência, submetendo a uma análise crítica sua conclusão.

Sobre a origem do conceito “América Latina”

Não há dúvidas de que nossa identidade subcontinental nasce marcada pela conquista da colonização. Antes da chegada dos ibéricos ao que hoje se chama América Latina, não existia aqui uma unidade geo-identitária que tivesse esse alcance. Muito antes de adjetivar-se como “latina”, a identidade que hoje vincula os povos latino-americanos e caribenhos¹⁷ se

¹⁷ Esse Caribe que não fala espanhol ou português, ao forjar-se como colônias de outras metrópoles e ao ter uma história colonial relativamente distinta, foi durante muito tempo excluído do conceito aglutinante de “América Latina”, fator que afetou

esteve forjando como resultado da que, em atinada expressão do próprio Mignolo, foi qualificada como "ferida colonial"¹⁸ comum.

"Índias Ocidentais", "Novo Mundo", "América" foram alguns dos nomes, sempre de inspiração europeia, com os que foi batizada a região à que pertence o subcontinente agora identificado como latino-americano e caribenho. Não há dúvidas de que eram todos eles conceitos com conteúdos coloniais. Mignolo o mostra muito bem em seu texto. O adjetivo "latina", no entanto, lhe foi agregado à última destas nomenclaturas em meados do século XIX, depois da independência da maior parte

em não pouca medida seus vínculos de integração com o resto da região. A efeitos emancipatórios, hoje é imprescindível restabelecer a unidade latino-americana e caribenha, para o qual existem sobrados fundamentos geográficos e históricos. E se do futuro comum se trata, haverá sempre que falar, em todo caso, de uma América Latina e Caribenha. Um passo importante que recolhe e institucionaliza essa genuína aspiração é a todavia recente criação da Celac (Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos) Ver Página Oficial da Celac, em <<http://www.celac.gob.ve/>>, consultada em 3 de maio de 2014.

¹⁸ Walter Mignolo: ob.cit., p. 97. O destacado semiólogo confessa que sua expressão "ferida colonial" se inspira na ideia de "sufocamento" ou "impossibilidade de respirar" de Frantz Fanon (ver deste último: *Piel negra, máscaras blancas*, Buenos Aires, Editorial Abraxas, 1973, p. 188) e no conceito de "ferida aberta" de Gloria Anzaldúa (ver dela: *Borderlands/La Frontera. The New Mestiza*, San Francisco, Aunt Lute Books, 1987, p. 25). Ainda quando assumimos que o termo é muito atinado, não nos parece de todo feliz o modo com que Mignolo o descreve: "A Ferida colonial – diz – não é nem mais nem menos que a consequência desse discurso racial" (97). A essa maneira de ver o assunto teríamos que objetivar que a "ferida colonial" não é só o resultado de um discurso (por mais amplo que queira ver-se este termo), senão sobretudo de uma práxis colonialista da que o discurso racial forma parte. Esse sentido mais amplo está incluído nas duas fontes inspiradoras de Mignolo. Fanon aclara que entende a "impossibilidade de respirar" não como uma metáfora discursiva, senão como uma realidade: "É verdade que eu devo liberar-me de quem me afora, pois é evidente que não me deixa respirar; mas, atenção, sobre uma base fisiológica" (23). Anzaldúa, por sua vez, complementa sua noção de "ferida aberta" com outro conceito, eloquente por si mesmo, com o que qualifica aos mexicanos que com imensos riscos cruzam a fronteira: *economic refugees* (refugiados econômicos) (25), termo por si ampliável aos imigrantes latino-americanos.

da América antes colonizada por Espanha e Portugal. Ainda que o epíteto fosse utilizado desde antes, pelo menos desde que o escritor francês Michel Chevalier o empregara ao publicar suas *Cartas sobre América do Norte* em 1838¹⁹, os primeiros que substantivaram para integrar o nome próprio da região parecer ter sido o chileno Francisco Bilbao e o colombiano José María Torres Caicedo, ambos em 1856, com uma praticamente inestimável diferença de uns três meses entre os momentos em que um e outro introduziram²⁰.

A diferença do que sugere Mignolo em seu livro, a origem da associação de ambos vocábulos, “América” e “latina” para substantivar a região recém independente do colonialismo espanhol, não teve uma intencionalidade (re)colonizadora. Não a teve ao menos para Bilbao e Torres Caicedo que são, até onde é conhecido, os primeiros que assim a chamaram.

Nem por assomo poderia dizer-se que esse foi o sentido que eles deram ao termo. Ambos, apesar de encontrar-se fisicamente na Europa no momento em que empregaram pela primeira vez a expressão de “América-latina” ou de “latino-americano”, o

¹⁹ Michel Chevalier fez uso do adjetivo na Introdução de suas *Cartas sobre América do Norte*, utilizando-o não com o ânimo de nomear a região, senão no mesmo sentido em que também utilizou o termo de “católica”, tudo com o fim de delimitar a América do Norte de sua região vizinha enquanto seus vínculos genéticos respectivos com duas partes diferenciadas da Europa, uma latina e católica, outra germânica e protestante. Ver a respeito: Arturo Ardao: «Génesis de la idea y el nombre de América Latina», *América latina y la latinidad*, México, Unam, 1993, pp. 31-49.

²⁰ Bilbao parece ter utilizado o termo pela primeira vez em 22 de junho de 1856 em uma conferência em Paris sob o título de “Iniciativa da América”, enquanto Torres Caicedo o empregou em seu poema “As duas Américas”, datado em Veneza em 26 de setembro do mesmo ano. Ver Adriana María Arpini: «América Latina / Nuestra América. El quehacer filosófico entre nosotros», *Letras*, vol. 84, No. 119, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2013, pp. 150-152, em <<http://letras.unmsm.edu.pe/rl/index.php/le/article/view/37/37>>, consulta: 1 de maio de 2014.

faziam assumindo como incondicionalmente seu o lugar de enunciação das terras às que pertenciam.

Longe de uma aspiração a ser recolonizados, agora com o protagonismo francês, tanto Bilbao quanto Torres Caicedo buscavam com a introdução do conceito favorecer a realização do ideal boliviano da unidade subcontinental, distinguir-nos e defender-nos das tendências expansionistas dos Estados Unidos para assim oferecer garantias à Independência conquistada e propiciar o empreendimento de um caminho próprio, diferente do dos Estados Unidos ou do da velha Europa e repleto de novos valores, entre os quais se incluía a aspiração a incorporar "em nossa vida as harmonias das raças".²¹ Estes propósitos brotam do contexto discursivo em que um e outro falam pela primeira vez do latino-americano: a conferência "Iniciativa de América", de Bilbao, e o poema "Las dos Américas", de Torres Caicedo.

A unidade era, sem dúvida, a principal aspiração expressa nos dois textos. No *Post-dictum* acrescentado a seu discurso dois dias depois de pronunciada a conferência, Bilbao afirma que o primeiro, mais elevado e transcendental objetivo de sua *Iniciativa* é "unificar a alma da América", para levar a cabo "a ideia da Confederação da América do Sul, proposta um dia por Bolívar".²² Já no texto mesmo de sua conferência esclarece que a unidade à que aspira não é de natureza monárquica, não é aquela que viola "a independência das raças [...] em favor da cobiça, vaidade ou orgulho das nações fortes".²³

²¹ Francisco Bilbao: "Iniciativa de la América", em <http://www.biventenarios.es/doc/8560622.htm>, acessado em 5 mai. 2014.

²² Idem.

²³ Idem.

Tal era a unidade da conquista, destronada por nossos pais nos campos da Independência. A unidade que buscamos é a identidade do direito e a associação do direito [...] a unidade que buscamos, é a associação das personalidades livres, homens e povos, para conseguir a fraternidade universal.²⁴

O colombiano Torres Caicedo é também enfático no seu chamado à União:

Ao topo levará tão grandes bens
A América do Sul com só unir-se;
Se padeceu tanto ao dividir-se,
Por que compacta não se mostra ao fim?

Não só sua ventura – a do mundo,
De sua quietude, de sua concórdia paira;
Sua união será como farol que se acende
Na noite tempestuosa, nos confins.

Lindo continente abençoado
Pela direita da suma providência:
Se o quer, o bem de sua existência
Fácil o encontra – isso lhe dá a *UNIÃO!*
Isso lhe falta para ser venturoso,
Rico, potente, grande, respeitado:
UNIÃO e o paraíso tão sonhado
Sob seu céu está, por bênção!

Um mesmo idioma, a mesma religião,
Leis iguais, mesma tradições:
Tudo chama essas jovens nações
A viver unidas e estreitadas.
América do Sul! *ALIANÇA, ALIANÇA*
No meio da paz como na guerra;

²⁴ Idem.

Assim será de promessa sua terra:
A ALIANÇA formará seu porvir!²⁵

E, assim, para que não caibam dúvidas quanto ao que é esse seu principal chamado, conclui seu poema da seguinte maneira:

UNIÃO! UNIÃO que já a luta começa,
E estão nossos lugares invadidos!
Povos do Sul, valentes, decididos,
O mundo sua ALIANÇA cantará!...²⁶

Mas a unidade era entendida, nos dois casos, não como uma aspiração romântica, mas como uma condição necessária para blindar a independência latino-americana contra o perigo maior que a espreita, esse que emanava do expansionismo norte-americano. Não por acaso é associado diretamente ao enunciado desse perigo que ambos autores vinculam o conceito "latina" com o de "América".

Assim o via o autor de "Las dos Américas" nos fragmentos que a seguir reproduzimos:

México ao Norte. Ao Sul as outras filhas
Que à mãe espanhola rejeitaram,
De Washington a pátria contemplaram
Como irmã mais velha, como apoio;
Copiaram com fervor suas sábias leis,
Por molde a tomaram, por modelo;
Buscaram sua amizade com vivo anseio,
E sua aliança miraram como um bem.

Ela, entretanto, altiva desdenhava
A amizade de suas irmãs aceitar;

²⁵ José María Torres Caicedo: "Las dos Américas", in: *El Correo de Ultramar*, Paris, 15 de febrero de 1857, em <http://filosofia.org/hem/185/18570215.htm>, consulta: 5 mai. 2014.

²⁶ Idem.

O gigante do Norte, como anãs
Mirava as Repúblicas do Sul. [...]

Mais tarde, de suas forças abusando,
Contra um povo amigo a guerra chama;
Seu solo invade, exércitos esparrama
Pelos seus campos e bela capital. [...]

[...] O ianque odiando a raça espanhola,
Altivo trata ao povo subjugado,
E do campo, encontrando-se apoderado,
Adjudica-se riquíssima porção...

“O quanto é útil, é bom”, assim acreditando,
A União americana deixa no esquecimento
A Justiça, O Dever, o que é proibido
Pela santa lei de universal amor;
E convertendo a Moral em cifras,
O proveitoso como justo segue;
O Dever que lhe importa se consegue
Aumentar sua riqueza e seu esplendor!

Ao seu amplo pavilhão faltam estrelas,
Seu comércio requer outras regiões;
Mas flutuam no Sul bandeiras livres
- Que caiam! Diz a potente União.
A América central é invadida,
O Istmo sem cessar ameaçado,
E Walker, o pirata, é apoiado
Pela [América] do Norte, pérfida nação! [...]

Mas isolados se encontram, desunidos,
Esses povos nascidos para se aliar:
A união é seu dever, sua lei, amar-se:

Igual origem e missão têm;
A raça da América Latina,
Em frente tem a raça saxônia,
Inimiga mortal que já ameaça
*Sua liberdade e sua bandeira destruir.*²⁷

Por seu turno, o chileno Bilbao é igualmente preciso na definição do perigo maior que enfrenta a independência regional e eloquente quanto à necessidade da unidade Latino-Americana para enfrentá-lo:

Vemos impérios que pretendem renovar a velha ideia da dominação do globo. O Império Russo e os Estados Unidos, [...] o primeiro por estender a servidão Russa com a máscara do Pan-eslavismo, o segundo, a dominação do individualismo ianque. A Rússia está muito longe, mas os Estados Unidos estão próximos. A Rússia retira suas garras para esperar na espreita; mas os Estados Unidos estendem-nas a cada dia nessa partida de caça que empreenderam contra o Sul. Já vimos cair fragmentos da América nas mandíbulas saxônias da jiboia magnetizadora [...]. Ontem Tejas [Bolívia], depois o Norte do México e o Pacífico saúda a um novo amo. [...] // Há aí um perigo. Aquele que não o vê, renuncie ao porvir. Haverá tão pouca consciência de nós mesmos, tão pouca fé dos destinos da raça *Latino-Americana*, que esperamos à vontade alheia e a um gênio diferente para que organize e disponha de nossa sorte? Nascemos tão deserdados dos dotes da personalidade, que renunciamos a nossa própria iniciativa, e só criamos na estranha, hostil e ainda dominadora iniciação do individualismo? [...] Chegou o momento histórico da unidade da América do Sul, abre-se a segunda campanha, que à Independência conquistada, agregue a associação de nossos povos. O perigo da Independência e o desaparecimento da iniciativa de nossa raça, é um moti-

²⁷ Idem (ênfase do autor deste trabalho).

vo. O outro motivo que invoco não é menos importante.²⁸

E qual é esse motivo ao que se refere Bilbao? Pois nada menos que a convicção de que o nosso tem que ser um caminho próprio, diferente ao do norte-americano e ao da mesmíssima Europa, com uma orientação que hoje qualificaríamos como francamente descolonizadora, de superação inclusive daquilo que na nomenclatura atual chamamos de “colonização do saber”.²⁹

A história vegeta, repetindo velhos ensaios, renovando múmias, desenterrando cadáveres. Só vemos uma ciência política: o despotismo, a espada, o maquiavelismo, a conquista, o silêncio. A ciência europeia nos revela os segredos e as forças da criação para melhor dominá-la; mas fenômeno estranho! [...]. Parece que a ciência [possa] cooperar a precipitar na torrente da fatalidade à nobre causa da liberdade do homem.³⁰

mais adiante acrescenta:

Recebamos o alento que nos impulsiona. Compreendamos que o momento iniciador do Novo-Mundo apresenta-se. Somos *independentes pela razão e pela força*. De ninguém

²⁸ Bilbao: *op. cit.* (itálicos do autor deste trabalho).

²⁹ A “colonização do saber” é um importante conceito da atual teoria da colonialidade. Derivada e em vínculo estreito como outros conceitos como “colonização do poder” e “colonização do ser”, a colonização do saber refere-se a uma maneira de se expressar o colonialismo cultural consistente na atribuição de uma superioridade epistemológica a todo conhecimento que chega da Europa ou de países centrais do sistema-mundo capitalista. A crítica à colonização do saber advoga por uma descolonialização do conhecimento que ponha sob suspeita a universalidade e veracidade supostamente infalíveis dos saberes próprios dos povos historicamente vítimas de relações de colonialidade, que se estenderam na cultura, na subjetividade, nos imaginários e em qualquer esfera da realidade, mais além do fim do colonialismo político formal.

³⁰ Francisco Bilbao, *op. cit.*

dependemos para ser grandes e felizes. A ninguém devemos esperar para empreender a marca, quando a consciência, a natureza e o dever dizem ao mundo Americano: Chegou a hora de seus grandes dias. Quando o mundo abdica, você não se desesperou da forma política da justiça.³¹

Não está, pois, na Europa, o modelo a seguir; em nenhuma parte dela, nem sequer na fração que na ocasião também era qualificada como latina. A Europa toda era designada como despótica por Torres Caicedo. E o despotismo europeu era para a América latina também um perigo que a espreitava, ao mesmo tempo que o egoísmo norte-americano.

O mundo jaz entre trevas profundas:
Na Europa domina o despotismo
Da América no Norte, o egoísmo [...]

A Europa não dorme, mas espreita
A ocasião de estender seu despotismo [...]³²

Utilizando os recursos que lhe oferece a prosa ensaística, Francisco Bilbao é ainda mais explícito na rejeição crítica da Europa como modelo do futuro latino-americano.

O que é que se perde na Europa? A personalidade. Por qual causa? Pela divisão. Pode-se dizer, sem temor de afirmar um paradoxo, que o homem da Europa converte-se em instrumento, em função, em máquina, ou em elemento fragmentário de uma máquina. Veem-se cérebros e não almas – veem-se inteligências e não cidadãos -; veem-se braços e não humanidade; reis, imperadores, e não povos; veem-se massas e não soberania; veem-se súditos e lacaios de um lado, e não soberanos. O princípio da divisão do

³¹ Idem.

³² José María Caicedo, *op. cit.*

trabalho, exagerado, e transportado da economia política à sociabilidade, dividiu a indivisível personalidade do homem, aumentou o poder e as riquezas materiais, e diminuiu o poder e as riquezas da moralidade; e é assim que vemos os destroços do homem flutuando na anarquia e facilmente avassalados pela união do despotismo e dos déspotas. // Fugamos de semelhante perigo. Salvar a personalidade na harmonia de todas suas faculdades, funções e direitos, é outra empresa sublime digna dos que salvaram a República a despeito da velha Europa.³³

Não há, portanto, em nenhum dos autores responsáveis históricos pela origem do conceito “América Latina”, a menor intenção, nem aberta, nem disfarçada, de propiciar com isso uma reprodução de relações de colonialidade, agora com o suposto protagonismo da França. Tampouco a imprescindível unidade, que se era seu propósito fundamental, necessariamente implicaria uma inviabilização do índio ou do afrodescendente. De fazê-los explicitamente visíveis ocupou-se Bilbao no fragmento de sua conferência, particularmente instrutivo em si mesmo quanto aos contrastantes valores que, em relação a outras experiências, deveria cultivar como seus a América Latina.

Fizemos desaparecer a escravidão de todas as Repúblicas do Sul, nós os pobres [...]; temos incorporado e incorporamos às raças primitivas [...], porque acreditamos que elas sejam nosso sangue e nossa carne [...]. Vive em nossas regiões algo dessa antiga humanidade e hospitalidade divinas; em nossos peitos há espaço para o amor do gênero humano. Não perdemos a tradição da espiritualidade do destino do homem. Acreditamos e amamos tudo o que unes; preferimos o social ao individual, a beleza à riqueza, a justiça ao poder, a arte ao comércio, a poesia ao intelecto, a filosofia aos textos, o espírito puro ao cálculo, o dever ao interesse.

³³ Francisco Bilbao, *op. cit.*

Somos daqueles que creem ver na arte, no entusiasmo pelo belo, independentemente de seus resultados, e na filosofia, os resplendores do bem soberano. Não vemos na terra, nem nos gozos da terra o fim definitivo do homem; e o negro, o índio, o deserdado, o infeliz, o fraco, encontra em nós o respeito que se deve ao título e à dignidade do ser humano.³⁴

Se nos detivemos de maneira bastante extensa nestes fragmentos dos textos de Bilbao e Torres Caicedo, foi com o objetivo de evidenciar que a origem mais provável do conceito "América Latina" não incluiu, sob o ponto de vista semântico, um significado opressor, recolonizador, imperial, pro-europeu ou pro-francês, assim com tampouco silenciador das diferenças e reclamações próprias dos indígenas e afrodescendentes. Tudo isso mostra a fragilidade da premissa da qual parte Walter Mignolo em sua lógica argumentativa.

Podia se argumentar que Mignolo refere-se à *ideia* e não ao *nome próprio* da região. E, efetivamente, a maior parte das vezes, desde o título de seu livro, fala-nos da "ideia de América Latina". No entanto, ao fazer alusão a ela, o autor coloca todo o tempo ambos os vocábulos, "América" e "Latina", com maiúsculas, precisamente como nome próprio e não utilizando o termo "latina" como simples adjetivação. Mignolo não se refere tanto ao fato de que uma parte da América foi considerada como latina (algo que sim estava já presente em Chevalier), senão, sobretudo, a que essa América foi assim conceituada e nomeada (o qual sim se deve, com toda probabilidade, a Bilbao e Torres Caicedo). Por isso, muitas vezes, além de colocá-la em maiúsculas, põe entre aspas a expressão – "América Latina" –, o que indica que está falando de um conceito.

Chama atenção por outro lado que, sem desconhecer de todo a participação de Bilbao e Torres Caicedo na origem do nome – já que fala de ambos em seu texto –, Mignolo tende, entretanto, a rebaixar a

³⁴ *Op. cit.* (em n. 32).

importância de ambos na gestação de dito nome. Em sua insistente pretensão de mostrar um nascimento da “ideia de ‘América Latina’” circunscrito aos interesses imperiais da França, trata a Bilbao como um “dissidente” entre os crioulos, preso “no marco político secular definido pelos republicanos e os liberais”, que “não necessariamente teria querido imitar aos franceses [...] em suas ações, senão em sua maneira de pensar”.³⁵ Apesar de reconhecer que Bilbao “foi crítico das ambições imperiais da Europa [...], e em especial das da França”, assume que por força “tinha que trabalhar e pensar dentro da ideologia liberal que havia dado origem à missão civilizadora como uma forma de justificar a expansão colonial”.³⁶ Mas talvez o que mais chama atenção seja que, embora existindo investigações prévias que o demonstram (algumas delas referidas neste trabalho), Mignolo em nenhum momento reconhece em Bilbao o introdutor do nome de “América Latina”.

Pior sorte tem Torres Caicedo no texto de Mignolo. Em seu caso sim se assume que “foi uma figura chave na justificação e divulgação da ideia de ‘América Latina’”, mas ele é catalogado como um “francófilo empedernido” que “viveu muitos anos na França e manteve boas relações com o poder francês”, no tempo em que “de fato defendia uma postura geopolítica comum, que respondia aos interesses imperiais franceses”.³⁷

Desta forma, no discurso de Mignolo ficam deslegitimados Bilbao e Torres Caicedo como progenitores de um conceito que em suas origens teve na realidade um significado diferente do que o semiólogo argentino quis atribuir-lhe. Mas, que não tenha tido esse significado em seu nascimento não quer dizer que não o possa

³⁵ Walter Mignolo, *op. cit.*, p. 91.

³⁶ *Ibid.*, p. 92, 93.

³⁷ *Ibid.*, p. 83.

adquirir depois. Se pressupuséssemos, com Mignolo, uma espécie de constância semântica para os conceitos, em particular para o que vimos tratando, então "América Latina" somente havia podido ter posteriormente como significado o mesmo que na verdade teve para Bilbao e Torres Caicedo naqueles textos fundacionais: a convocação à unidade regional, a resistência às pretensões imperiais dos Estados Unidos e Europa, a defesa da independência, a ascensão de um caminho próprio de evolução histórica, a superação de qualquer vestígio de colonialidade, a conquista das "harmonias das raças".

Mas isso, evidentemente, tampouco foi assim ao largo da história, pelo que cabe então questionar a segunda premissa tácita da argumentação de Mignolo, a saber, a suposta constância semântica desse conceito.

Sobre o dinamismo semântico dos conceitos

Embora não haja em *La idea de América Latina* nenhuma passagem na qual se afirme que os conceitos mantêm eternamente a mesma carga semântica, é esta, conforme já assinalamos, uma premissa implícita na lógica discursiva de seu autor. Vale-se dela para extrapolar em nossos dias a função que originalmente se atribui ao conceito "América latina". Se não fosse assim, não havia como explicar que se atribua à origem de uma ideia ou de um conceito surgido faz um século e meio um papel praticamente definidor de seu uso atual.

Além de ser uma exigência lógica de seu discurso, há no texto de Mignolo inumeráveis mostras que põem em evidência a rigidez semântica com que se assume o conceito "América Latina". Algumas dessas mostras afloram nos fragmentos que já citamos desse autor. Não obstante, vejamos mais alguns exemplos adicionais.

Ao se referir, por um lado, à relação supostamente insubstituível entre o conceito e os interesses das elites crioulas do século XIX e,

por outro, à irremediável incompatibilidade que em sua opinião tem esse conceito com as aspirações descolonizadoras que ainda hoje defendem os indígenas, o semiólogo escreve:

Se não fosse pela invenção da “América Latina” como uma entidade através da qual as potências imperiais europeias puderam opor-se à marcha imperial dos Estados Unidos, os crioulos descendentes de espanhóis e portugueses não teriam tido um lugar próprio. [...] De outro lado, os povos indígenas hoje vivem em Abya-Yala, não na “América Latina”.³⁸

Outro lugar no qual Mignolo expressa sua noção sobre a inamovibilidade semântica do conceito “América latina” é o seguinte:

Defendo que “América Latina” não é um subcontinente onde ocorreram e ocorrem acontecimentos, mas que sua existência mesma é consequência de acontecimentos que ocorreram, de sua conceituação e do padrão (ou a matriz) colonial de poder do mundo moderno. Assim, esta não é uma história do ser da América “Latina”, mas uma história que conta como América “Latina” chegou a ser.³⁹

E esse “chegar a ser” é obviamente definitivo para Mignolo. Observe-se que não se descreve como um fazer-se e refazer-se histórico, permanente. Mais que um “chegar a ser” é para ele um “chegou a ser”, isto é, algo situado invariavelmente no passado, encerrado para sempre de toda possibilidade de refazer-se depois, tampouco hoje.

Muitos são os argumentos que podem invocar-se contra esta ideia sobre a permanência invariável da semântica dos conceitos.

Os conceitos – e isto o reconhece o próprio Mignolo – nascem

³⁸ Mignolo, *op. cit.*, p. 172.

³⁹ *Ibid.*, p. 202.

como produtos históricos, são o resultado de certas circunstâncias de época que de alguma maneira exigem sua introdução. Isso sim, não são, em geral, o resultado de meros caprichos de seus introdutores, nem invenções arbitrárias que nada tenham que ver com a vida mesma. Os que assim surgem – que também os há – tendem a desaparecer com o tempo por seu desuso prático. Em contrapartida, os que permanecem, fazem-no porque de alguma forma mantêm sua funcionalidade comunicativa e prática.

Mas que permaneçam não significa que mantenham de maneira invariável a semântica que lhe deu origem. As mudanças dessa semântica podem dever-se, entre outras coisas, à mudança das circunstâncias que os fizeram nascer, ao desenvolvimento dos objetos por eles designados ou à evolução de seu conhecimento, assim como à ascensão dos conceitos por outros sujeitos, social e historicamente diversos em relação com aqueles que os introduziram.

Podia dizer-se que todo conceito está potencialmente aberto a uma *ressemantização*. Por uma ou outra razão existe sempre a possibilidade de que varie seu significado. Em consonância, os conceitos submetem-se à mesma historicidade que condiciona as circunstâncias que lhes dão sentido. E isso não necessariamente implica que seja imprescindível, cada vez que varie sua semântica, mudar o conceito mesmo ou o nome que o identifica.

Existem, na história do saber humano, exemplos ilustres de ressemantizações radicais sem mudanças nominais dos conceitos. É o caso de "átomo", que existe como conceito desde que foi introduzido pela filosofia antiga na Grécia e que significa originalmente em grego "não divisível". Os séculos posteriores, sobretudo a partir do XVI, foram testemunhos de importantes desenvolvimentos da teoria atômica que enriqueceram substancialmente o significado do conceito. Quando, finalmente, quase ao encerrar-se o século XIX, descobre-se que o átomo sim é divisível, mantém-se o conceito,

obviamente com um conteúdo semântico já radicalmente diferente ao que teve em suas origens. Podia argumentar-se que diante de tal situação havia sido melhor mudar nominalmente o conceito de átomo. Era possível fazê-lo, sem dúvida. O caso é que não se fez e nem por isso a ninguém ocorreria pensar, a despeito de qualquer evidência científica, que o átomo seguisse sendo hoje tão indivisível quanto supunham que o era em seu momento Demócrito e Epicuro.

Apesar de possíveis em princípio, as mudanças nas nomações conceituais nem sempre são necessárias e, dada a intensa dinâmica que têm certos processos, seria um verdadeiro tormento linguístico criar um novo conceito cada vez que varie sua *intenção*. Apelando para um exemplo extremo e numa espécie de *redução ao absurdo*, tomemos o caso de um processo tão dinâmico como é o desenvolvimento ontogenético de qualquer ser humano e comparemo-lo – salvaguardando as devidas distâncias – com a possibilidade sempre latente de uma ressemantização de qualquer conceito, incluído o de “América Latina”:

José García se chama José García desde que nasceu e quanto não mudou José García ao longo de sua vida. Hoje tem oitenta e cinco anos. Imaginemos que cada vez que mude tenhamos que renomeá-lo: se o fizéssemos com uma periodicidade anual, teríamos oitenta e cinco conceitos diferentes de José García; mas também poderíamos mudá-lo a cada mês (o que daria como resultado mil e vinte conceitos, cada um com sua denominação), ou a cada semana, ou a cada dia, ou a cada hora, ou a cada minuto. Não bastaria toda a linguagem, nem toda a capacidade memorizadora de palavras do ser humano só para nomear de maneira “precisa” a José García durante sua vida. Por isso José García será, até que morra, somente José García. Ninguém, por essa razão, porá em dúvida as variadíssimas mudanças que durante sua vida experimentará. Analogamente, o conceito primário de América Latina, ainda presumindo-se que fosse o que

Mignolo descreve (algo que mais acima já contradissemos), teve um conteúdo semântico que não pode ser idêntico ao de hoje. O nome do conceito pode continuar sendo o mesmo, mas isso não pressupõe uma invariabilidade de seu significado, da mesma maneira que José García não será eternamente bebê só porque não lhe trocaram o nome. Que esse nome lhe tenham posto seus pais, e não ele mesmo, tampouco é obstáculo para que José García termine fazendo de sua vida o que tenha vontade.

De modo semelhante, não há porque os latino-americanos e caribenhos de hoje assumir como um desígnio fatalista a maneira com que outros os têm visto e conceituado. Isso está extremamente claro para Fernández Retamar. Numa posição ostensivamente oposta à de Mignolo, o ensaísta cubano aborda o que aqui chamamos *ressemantização* a propósito dos conceitos "Calibán" e "mambí":

Ao propor Calibán como nosso símbolo, me dou conta que tampouco é inteiramente nosso, também é uma elaboração estranha, embora desta vez o seja a partir de nossas concretas realidades. Mas como evitar inteiramente essa estranheza? A palavra mais venerada em Cuba – *mambí* – foi-nos imposta pejorativamente por nossos inimigos, durante a guerra de independência, e todavia não deciframos de todo o seu sentido. Parece que tem uma evidente raiz africana, e implicava, na boca dos colonialistas espanhóis, a ideia de que todos os independentistas equivaliam a negros escravos – emancipados pela própria guerra de independência -, os quais, supostamente, constituíam o grosso do Exército Libertador. Os independentistas, brancos e negros, fizeram seu com honra o que o colonizador quis que fosse uma injúria. É a dialética de Calibán. Chamam-nos de *mambí*, chamam-nos de *negro* para nos ofender, mas nós exigimos como um timbre de glória a honra de nos considerarmos descendentes de *mambí*, descendentes de negro sublevado, selvagem, independentista; e *nunca* descendentes de

escravista.⁴⁰

Se conceitos como “Calibán” e “mambí” foram objeto de uma contrastante mudança de semântica ao se apropriar deles outros sujeitos, diferentes daqueles que os introduziram, por que não poderia ocorrer o mesmo com o conceito de “América Latina”?

De fato, assim aconteceu. E a primeira ressemantização deste conceito fizeram-na aqueles que Mignolo assume como seus introdutores. Com efeito, foram – agora sim – os franceses os que mudaram o significado original que o conceito teve em Bilbao e Torres Caicedo, para legitimar uma ofensiva imperial sobre a América que combatera a que a “raça saxônica” realizou no mesmo cenário.

Na época era recorrente na Europa descrever os conflitos imperiais como confrontos entre raças. O conceito de raça era um lugar comum em qualquer discurso que tivesse como objeto os temas da geopolítica internacional. Assim, diante do expansionismo eslavo, de um lado, e o anglo-saxão, de outro, a intelectualidade francesa da época de Napoleão III apoiou o desenvolvimento do conceito de latinidade como selo definitivo de uma “raça” que havia de procurar seu próprio espaço no reordenamento geopolítico mundial.

Em 1861, cinco anos depois que Bilbao e Torres Caicedo introduziram o conceito de “América Latina”, este é utilizado num artigo que surgiu na publicação francesa *Revue des Races Latines*. Erroneamente alguns, como é o caso de John Leddy Phelan, atribuem a este momento o nascimento do conceito. Mas no que não se equivoca o historiador norte-americano é na associação entre o uso do conceito nesse contexto e os apetites imperiais da França.

Antes de 1860, *l'Amérique Latine*, até onde chegam meus conhecimentos, não se tinha usado nunca na imprensa francesa, nem na literatura de folhetim. A primeira

⁴⁰ Roberto Fernández Retamar, *op. cit.*, p. 36-37.

aparição do termo ocorreu em 1861. Nesse ano a expedição mexicana começou. Não é fortuito que a palavra aparecesse pela primeira vez numa revista dedicada à causa do panlatinismo, a *Revue des Races Latines*. L. M. Tisserand, que escreveu uma coluna dos acontecimentos recentes no mundo latino, realizou a cerimônia de “cristianização”.⁴¹

Posteriormente a essa data os protagonistas da invasão francesa no México fizeram um abundante uso da expressão “América Latina”, o que provocou, entre outras coisas, que o próprio Bilbao deixasse de utilizá-la a partir de 1862 diante da evidente mudança semântica operada com o conceito.⁴²

As identidades e os conceitos que as definem

Independentemente de que Bilbao tenha renunciado a ele, pelo uso colonizador que lhe deram os franceses no contexto de sua invasão ao México, a partir daquele momento o conceito de “América latina” continuou funcionando nas duas acepções aqui descritas, em ambos os casos com cargas semânticas diferenciadas. Em tal sentido, não parece adequado pensar que as elites latino-americanas assumiram facilmente a versão imperialista francesa porque ela implicaria um impacto de seus próprios interesses, como o prova o fato de que aquelas mesmas elites se opuseram, em sua maioria, à mencionada invasão.⁴³

⁴¹ John Leddy Phelan. “El origen de la idea de Latinoamérica”, in: Leopold Zea (coord.): *Fuentes de la cultura latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, vol. 1, p. 463.

⁴² Ver Álvaro García San Martín: “Francisco Bilbao, entre el proyecto latinoamericano y el gran molusco”, *Latinoamérica*, N. 56, junio de 2013, em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/latinoam/n56/n56a7.pdf>, consulta: 6 jun. 2014.

⁴³ Ver Mónica Quijada: “Sobre el origen y difusión del nombre “América latina” (o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad)”,

E isso nos mostra, já não só a contingência de uma ressemantização do conceito numa ordem cronológica mais ou menos precisa, mas também a possível convivência simultânea de múltiplas semânticas para o mesmo conceito. “América latina” foi isso, um conceito que, pelo menos desde 1861, tem sido polissêmico.

A essa polissemia correspondeu um espectro de visões identitárias que vão desde as que os outros, com pretensões imperiais e colonialistas, quiseram impor à região, até aquelas que, assumidas com orgulho pelos próprios latino-americanos, serviram a estes para resistir ao embate imperial e para empreender projetos integradores em favor de um processo colonizador.

Os conceitos em si mesmos não marcam destinos, por mais que queiram fazê-lo aqueles que os inventem. Mais que criar realidades, eles expressam, embora reconheçamos seu indiscutível papel também como ingrediente da subjetividade que constroem no plano prático dessas realidades. Em tal sentido, “América Latina” funcionou tanto na lógica prática da colonização, quanto na práxis histórica da emancipação.

Etimologicamente falando, o conceito “América latina” é, sem dúvida, impreciso. A composição cultural da região que designa é muito mais que latina, é plural, diversa e, sobretudo, mestiça. Ainda assim, foi talvez o melhor que tiveram a mão em seu momento os latino-americanos que queriam com ele fomentar a unidade e a resistência ao novo imperialismo situado ao norte de sua própria região; e foi também o que melhor serviria à vocação imperial de Napoleão III, promovendo, através da “latinidade”, uma espécie de “destino manifesto”

alternativo ao da Doutrina Monroe.

Essa imprecisão etimológica, unida ao possível (e real) uso do conceito em termos discriminatórios e colonizadores por parte de alheios e próprios, levou alguém tão sensível ao uso da linguagem como José Martí a utilizar outros conceitos alternativos, apesar de também ocasionalmente empregar o de "América Latina". Das muitas maneiras com que Martí referiu-se a nossa região,⁴⁴ "Nossa América" foi sem dúvida sua denominação preferida e a que maior carga simbólica manteve até hoje. Assim intitulou Martí a um ensaio seu publicado no dia 1 de janeiro de 1891 na *Revista Ilustrada de Nueva York*. "Nossa América" foi todo um manifesto programático sobre a necessidade de assumir a identidade latino-americana como razão e força para pensar e atuar em função de um projeto descolonizador alternativo a qualquer outro que tivesse sido realizado ou pensado até então no mundo. Daí o qualificativo de "nossa", porque, no final das contas, "imita-se em demasia, e [...] a salvação está em criar"⁴⁵ e "nem o livro europeu, nem o livro ianque, davam a chave do enigma hispano-americano".⁴⁶

Mas Martí também estava consciente de que não eram os conceitos aquilo o que era o mais importante. Por isso usou indistintamente muitos, inclusive o de "América latina". Nem a etimologia nem a semântica dominante do conceito concentraram sua atenção. O que sim lhe importou – e muito

⁴⁴ Miguel Rojas Mix registra uma ampla lista de denominações utilizadas por José Martí para aludir a nossa região: "Nossa América", "Nossa América mestiça", "Mãe América", "América espanhola", "América robusta", "América trabalhadora" e outras. Ver Miguel Rojas Mix. *Los cien nombres de América*. Barcelona: Lumen, 1991, p. 137.

⁴⁵ José Martí. *Nuestra América. Obras Completas*. La Habana: Ciencias Sociales, 1991, t. 6, p. 20.

⁴⁶ Idem.

– foi que a identidade auto-percebida pelos latino-americanos não foi a do “aldeão vaidoso” que, se tudo lhe vai bem, “dá por boa a ordem universal”, nem a dos “prematuros [...] que não têm fé em sua terra” e “como lhes falta o valor, negam-no aos demais”.⁴⁷ Esses, que também podem interpretar como “sua” a “América”, ficavam excluídos, entretanto, do conceito “Nossa América” de Martí.

O que isso evidencia é que, embora marcada por um conceito e uma estreita relação com ele, a identidade latino-americana é outra coisa, diferente do conceito mesmo, ultrapassa-o e o reconfigura segundo sua própria dinâmica histórica e segundo os sujeitos que façam sua essa identidade. Em todo caso, não são os conceitos por si mesmos os que colonizam, nem tampouco os que descolonizam. E se Martí deixava fora de nossa América a outros que também tinham a sua era, sobretudo, porque sua noção de identidade latino-americana tinha a ver, mais que com conceitos, com atitudes e ações práticas. É óbvio que aqueles que “consideram boa a ordem universal” e aqueles que “não têm fé em sua terra” não são portadores de uma identidade capaz de fazer variar a situação de colonialidade que tem vivido a região. A verdadeira descolonização, a “segunda independência” que reclamara Martí, somente poderia ser a “obra de feitos” daqueles que estivessem dispostos juntos com os oprimidos a “fazer causa comum, para afiançar o sistema oposto aos interesses e hábitos de mando dos opressores”.⁴⁸

Tradução de: Altamir Botoso, Andre Rezende Benatti e Márcio Antonio de Souza Maciel.

⁴⁷ Ibid., p. 15, 16.

⁴⁸ Ibid., p. 19.